

Eleição solteira

Cândido Mendes

“G overnarei acima dos partidos e das ideologias.” As primeiras frases plenárias do candidato Collor, un-gido neste momento com 37,7% da preferência eleitoral, marcam um refrão bem conhecido nas profissões de fê democráticas do presidencialismo brasileiro. A ânsia de purificação dos costumes políticos, na antevisão eufórica de uma vitória, é inseparável do perigoso desejo de volta aos marcos zero, alargando a distância entre os governantes e as instituições da vida política. Ao contrário, o que caracteriza a consolidação da democracia é a sua continuidade como processo; o ganho de um dia-a-dia em que o avanço dos partidos constrói a medula do Brasil das liberdades.

No presente quadro da corrida presidencial, as duas opções de ponta sobrepõem o líder às formações em que amadurece a nova consciência cívica do país. Atropela-nos o roldão entre a quebra do jejum de 30 anos sem votar para presidente, e fazê-lo buscando mais do que a simbologia imediata da figura do candidato.

Na opção por Leonel Brizola brilha a fê no Executivo-Sol, relegando-se o demais para depois da chegada ao poder do candidato histórico do populismo. Collor, num discurso que não teme os curtos-circuitos, ao mesmo tempo condena a presidência imperial — que é o remate obrigatório do governo suprapartidário — e aponta como fecho de sua proposta o parlamentarismo, inconcebível sem o fortalecimento das legendas que ora relega à sucata política.

O fenômeno inédito da eleição solteira, como verdadeiro terremoto, vai ampliar o risco da volta à vala comum das formações partidárias, diante do reforço da vontade soberana e do descompromisso do chefe do Executivo sagrado sozinho nas urnas do próximo 15 de novembro. Na verdade, a campanha deixa frente a frente o supernome e o eleitor sem os compromissos intermédios, da vereança à deputação, que poderiam influir na marcação final da cédula de presidente.

Neste quadro, os partidos guardam apenas o direito de pedágio e não de controle dos candidatos. Asseguram a matrícula para a corrida e o tempo de exposição ao Armagedon final do vídeo. Mas as legendas de aluguel permitem, na prática, a mesma desenvoltura dos candidatos avulsos no seu direito de querer ser presidente. Só Ronaldo Caiado não tem ainda a sigla sob medida. Atente-se também a que as características da eleição solteira parecem já estar golpeando o grande e último trunfo dos partidos detentores do alforje sem preço dos tempos desiguais de comparecimento à televisão.

Esperando-se que ceda a maré Collor, desconfia-se, ao mesmo tempo, de que possa estar já em processo uma gigantesca e silenciosa escolha do eleitorado, sem mais demora ou reflexão. As três décadas de abstinência para o voto supremo criaram “corações solitários”, sedentos da escolha já, sem mais esperas ou hesitações, antes de mergulhar o país, em setembro, nos debates da telinha. Poderemos chegar lá, quanto aos preferidos de agora, com coeficientes inalteráveis de acolhida e rejeição do eleitorado. Nas adesões ora desabaladamente em curso, até onde os esperados momentos olímpicos do vídeo restarão ainda como liça para o sangramento final dos supergladiadores?

E possível, sim, que Collor e Brizola ao mesmo tempo se contraponham à outra opção, ora semi-soterrada, de exatamente “governar-se com os partidos e as ideologias”. No tumulto desses dias esquecemo-nos de que, ao lado do climax dos supernomes, irrompem sinais de uma nova vitalidade partidária, capaz de levar o voto a saciar mais do que a fome de eleger. A opção pelo sufrágio consistente pode até pagar o preço desta nova densidade, como o da aliança sindical do PT, levando-o a desposar a luta proletária imediata, mais do que a formulação de um abrangente programa alternativo ao *status quo*. Outras vezes, este sentido novo da disciplina do voto — e da modernização política — pode surgir na undécima hora da vida dos partidos tradicionais, como o PMDB, provado pelas perplexidades e desgastes da reconstrução democrática. Enfrentou a opção depuradora da sua *intelligentsia*, susceptível de definir com nitidez a socialdemocracia, mas a ansiar ainda pelos quadros que fizessem nacionalmente, do PSDB, o partido do Dr. Ulysses passado a limpo. Apesar da ganga de legenda majoritária e do beijo da morte do fisiologismo, conseguiu o PMDB em abril último trazer a Convenção presidencial para o seio das nossas instituições democráticas. Venceu a política dos governadores; forçou uma real disputa de plenário para a escolha de seu candidato e logrou juntar, numa mesma chapa, as lideranças conflitivas da véspera. Contrapôs-se, por aí, a um PFL que ambicionou a consulta mais ampla dos seus presidenciais, mas despedaçou a legenda depois do choque do escrutínio. E a um PDS que, no próprio âmbito estrito, confinado, da sua Convenção, manifestou a radical incapacidade de conviver com o gene malufista vitorioso.

No oposto da sideração pelos nomes, os partidos ideológicos, por força minoritários, estão fugindo significativamente do endurecimento das suas mensagens. Deve-se ao PCB a defesa mais veemente da estabilidade das nossas instituições liberal-burguesas, assim como os movimentos ecológicos buscam para além do PV as coligações progressistas para difundir a sua mensagem.

Chegaremos ao 15 de novembro apenas com o voto nascido do desprezamento da espera plantada desde 60? Ou votaremos além do estrito perfil do candidato, fugindo ao que indicam os cabeças da preferência destes dias? Só se pode pressagiar o crescimento da violência no embate cada vez mais personalizado entre Collor e Brizola. É o que situa os dois nomes, paradoxalmente, cada vez mais no mesmo pólo da refrega. Mais cresça a contumácia do seu confronto, mais se pode esperar o desponte de um novo espaço de escolha, onde a maturidade nova da democracia fale sobre a atual hegemonia dos carismas e de seus jogos quase feitos.

Cândido Mendes, professor, é secretário-geral da Comissão Brasileira Justiça e Paz e presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais, Unesco